

7. Foucault e histórias de vida: aproximações e que tais

*Beatriz T. Daudt Fischer**

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS

O que se poderia dizer diante de um projeto que, pretendendo seguir a perspectiva foucaultiana, elegesse história de vida como metodologia de pesquisa? A primeira reação certamente surgiria por parte daqueles que vêem total incompatibilidade entre a proposta metodológica de Foucault e a metodologia denominada história de vida, uma vez que, em princípio, esta aposta no sujeito enquanto individualidade, essência única capaz de fornecer determinadas informações acerca de sua trajetória. Ora, sabendo-se que, sob o prisma de Foucault, o sujeito desaparece sendo substituído pelo discurso, como encarar uma empreitada destas?

Esta questão deriva do momento atual do projeto que estamos elaborando, o qual pretende investigar trajetórias de professoras primárias da década de 50, articulando as formações discursivas e diferentes instâncias de poder que ajudaram a constituir referenciais para suas práticas.

Conhecer histórias de outras épocas, viajar entre práticas e documentos, adentrar na vida das professoras de outros tempos, supõe, entre outras exigências, sensibilidade e rigor teórico. Neste sentido, há que se fazer uma opção metodológica articulada a uma perspectiva que sustente a leitura da problemática. No projeto que nos propomos a realizar, a dimensão temporal determina que se busque no campo do saber histórico a linha mestra para a operacionalização do processo investigativo. Assim, é dentre variantes historiográficas que precisamos selecionar aquela que mais se aproxima dos propósitos que temos em vista.

* Professora Doutora em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Brasil.

Foucault como inspirador do campo teórico-metodológico

Escolhemos Foucault, não sem antes percorrermos outros autores inscritos na assim denominada nova história. O que isso significa? Estaremos concordando com aqueles que inscrevem Foucault na matriz dos novos historiadores sócio-culturais? Ou estaremos eliminando tal embocadura metodológica, entendendo que Foucault, justamente por se diferenciar dessa e de outras formas de ler a história, é o teórico que mais pode inspirar-nos na presente empreitada? Certamente respondemos positivamente a esta última questão, acreditando estar submerso nas diferentes maneiras de encarar os estudos históricos é mais do que nuances ou modelos operacionais de abordagem. Na verdade são concepções epistemológicas radicalmente diferentes. Algumas alinhadas no que poderíamos denominar perspectiva linear, que vê o mundo como eterno devir e a humanidade caminhando em direção a um destino possível de ser racionalmente analisado. Outras que se sustentam justamente em bases opostas. Foucault, com certeza, está entre os que não se alinham com a primeira. Daí, porém, deduzir que ele está esquadrihado na segunda ou em qualquer outra determinada linha de historiadores, é forçar um pouco nossa obstinação por taxinomia e que tais.

Preferimos, portanto, optar por Foucault precisamente porque encontramos nele uma abordagem original e competente de se fazer leituras de outros tempos, estranhando o que tem sido visto e historiado como óbvio. Em outras palavras, «desfamiliarizando». Tal abordagem, porém, não significa apenas inverter os procedimentos. Significa sobretudo conceber diferentemente a relação homem-mundo. Assim, atentar para o corriqueiro, estranhar o que aparentemente está dado, parece ser um convite permanente de Foucault. Outro convite que mais parece um desafio é tentar entender sua posição em relação aos demais historiadores. Apesar de não ter sido privilégio deles, dentre todas as resistências que ele provocou, foi entre os intelectuais desta área que Foucault mais conseguiu provocar reações contraditórias, fazendo com que se produzissem minuciosas elaborações teóricas e acalorados debates. Talvez dizer que os historiadores lhe fizeram restrições seja cometer um reducionismo. O que houve, certamente, pode ser melhor identificado como uma não compreensão, especialmente na medida em que se tentava de todas as maneiras identificá-lo como pesquisador da nova história. Só porque criticava a história tradicional (aquela dos grandes eventos, com abordagem cronológica e visão linear) e, ao mesmo tempo porque atacava os modos marxistas de analisar a história, alguns deduziram que ele estaria alinhado com os novos historiadores. Ora, tal afirmação só poderia gerar problemas, uma vez que até hoje continua sendo vã qualquer tentativa de inscrever Foucault numa determinada escola, seja ela qual for.

Segundo O'Brien (1992), esse mal-entendido começou com a *História da loucura*, pois muitos achavam que tal obra poderia ser classificada na linha da história das mentalidades. Entretanto o fato de Foucault, criticar abordagens historiográficas cuja matriz é uma visão de totalidade (em *A Arqueologia do saber*, por exemplo, ele elogia aqueles que não fazem uma história *totalizante* ou que se pretenda *global*),¹ não nos autoriza a alinhá-lo com os historiadores dos *Annales* ou da Nova História. Entretanto, ao refutar a totalidade em si (seja a dos marxistas, seja inclusive a de um tipo dos historiadores dos *Annales*) Foucault não pode impedir que sejam encontradas algumas similaridades entre seu trabalho e parte da produção dos novos historiadores, ainda mais se for considerado a própria indefinição que tais abordagens apresentam quando se pretende classificá-las.

No caso da nova história, por exemplo, como muito adequadamente declara Burke (1992, pág. 10) não é nada fácil defini-la, pelo menos de forma categórica, pois o movimento que a consolidou «está unido apenas naquilo a que se opõe». Ou, em outras palavras, a *nouvelle histoire* (associada à *École de Annales*) se caracteriza fundamentalmente por desenvolver uma linha de pesquisa em oposição à chamada história *tradicional*. Assim, enquanto esta enfatiza a narrativa dos acontecimentos, destacando fatos históricos a partir dos grandes feitos e dos grandes homens, aquela prioriza a análise das estruturas ou no caso de algumas obras, tende a dar voz aos cidadãos comuns, analisando os fatos históricos sob outras perspectivas. Os novos historiadores têm deslocado sua atenção das grandes idéias ou dos grandes livros para a história das mentalidades coletivas, ou ainda, para a história dos discursos ou «linguagens». Além disso, a história tradicional, ao considerar como válidos somente documentos escritos, a eles creditando o mérito da neutralidade e da objetividade, aponta para a desqualificação de outras fontes, tais como a arquitetura ou os depoimentos orais, por exemplo, as quais a nova história adota com ênfase e competência. Na verdade, para os historiadores da nova história, qualquer acontecimento do passado sempre será visto sob determinado ponto de vista; portanto, trata-se de versões sobre os fatos não existindo sequer possibilidade de selecionar a metodologia apropriada para descobrir a *verdadeira* história. Interessando-se, pois pela atividade humana em sua totalidade de aspectos (daí a denominação de história total tão cara aos *Annales*), tais historiadores descartam a ênfase política, quase única, que tradicionalmente predominava nas interpretações realizadas até então. Na primeira metade deste século

1. Em *A arqueologia do saber* (1987, p. 12) ele deixa bem claro: «Uma descrição total reúne todos os fenômenos ao redor de um único centro: um princípio, um significado, uma visão de mundo, uma configuração geral; uma história geral, ao contrário, mobiliza o espaço da dispersão».

eles detiveram-se em especial na história das idéias. Mais tarde, ao se ampliarem os objetos de estudo, surgiram trabalhos riquíssimos em originalidade e rigor teórico como, por exemplo, o de Ariès (1986) acerca da história da criança e da família ou o de Ginzburg (1987) sobre o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição.

Segundo Burke (*op. cit.*, p. 16), é entre os anos 70 e 80 que esta reação ao paradigma tradicional tornou-se mundial. A origem da nova história, entretanto parece estar em Bloch e Febvre, depois em Braudel, fundadores da *Annales*,² ou talvez ainda muito antes, já que, ainda conforme Burk, Comte, Spencer e Marx eram extremamente interessados pela história, mas desprezavam os historiadores tradicionais. Sua atenção estava voltada para as estruturas, não aos acontecimentos, «e a nova história tem um débito para com eles, que freqüentemente não é reconhecido» (*idem*, p. 18). Resumindo, se desejarmos dizer em um frase os princípios que sustentam a linha adotada pelos intelectuais da nova história, podemos simplesmente declarar: para eles a realidade é social ou culturalmente construída. E estaria aí, provavelmente, um aspecto que os diferencia em grande escala dos historiadores tradicionais, e que pode, equivocadamente, num ato de generalização, associá-los à perspectiva foucaultiana. Tal confusão também foi alimentada ao se pensar que Foucault estaria querendo retirar os excluídos, os vencidos, de sua mudez. Na verdade, como muito bem diz Rago (1993), não era exatamente essa a proposta e sim mostrar como é que se produz o silêncio dos vencidos. O que vinha acontecendo, na verdade, é que na medida em que a história, enquanto disciplina, se abria para novos objetos (alguns sequer antes imaginados como possíveis ou relevantes de serem estudados) e para múltiplas possibilidades de análises, aparentava certa fragilidade aos olhos da academia dita científica. Por outro lado, ao construir pontes com disciplinas afins, corria o risco de provocar alguns conflitos e incompreensões entre os próprios pares. Assim, como muito apropriadamente afirma Burke (*op. cit.*, p. 35): «Os historiadores econômicos são capazes de falar a linguagem dos economistas, os historiadores intelectuais, a linguagem dos filósofos, os historiadores sociais, os dialetos dos sociólogos e antropó-

2. Diz Burke (*op. cit.*, p. 17): «Na verdade, seria difícil negar a importância do movimento para a renovação da história, liderado por esses homens. Todavia, eles não estavam sozinhos em sua revolta contra os rankeanos. Na grã-Bretanha dos anos 30, Lewis namier e R. H. Tawney rejeitaram ambos a narrativa dos acontecimentos para alguns tipos de história estrutural. Na Alemanha, por volta de 1900, Karl Lamprecht tornou-se impopular, expressando seu desafio ao paradigma tradicional. A desdenhosa expressão *histoire événementielle*, «história centralizada nos acontecimentos», foi inventada nessa ocasião, uma geração antes da época de Braudel, Bloch e Febvre. Expressa as idéias de um grupo de estudiosos concentrados em torno do grande sociólogo francês Emile Durkheim e sua revista *Année Sociologique*, publicação que ajudou a fundar os *Annales*.

logos sociais, mas estes grupos de historiadores estão descobrindo ser cada vez mais difícil falar um com o outro».

Seria por todo este clima que Foucault não teria sido bem recebido entre alguns historiadores? Talvez, mas não só, pois também ele não parecia fazer muita questão, o que pode ser comprovado por algumas de suas próprias manifestações: «Não sou um historiador profissional, mas ninguém é perfeito» (Megill, em Hunt, 1992, p. 37). Mais tarde ele mesmo afirmou que definia sua obra como «estudos de história» mas insistia que estes não constituíam obra de um historiador (Foucault, 1994, p. 9). Há também a afirmação comentada por Deleuze (1995), de que Foucault definiu sua posição como *fronteira* entre filosofia e história: «fragmentos filosóficos em canteiros históricos», o que leva a crer que há um trabalho de investigação histórica, porém não um trabalho de historiador. «Não faz uma história das mentalidades, mas das condições sob as quais se manifesta tudo o que tem uma existência mental, os enunciados e os regimes de linguagem» (Deleuze, *op. cit.*, p. 24).

Mesmo assim, como diz Hunt (*op. cit.*), muitos pesquisadores da nova história se deixaram influenciar por um ou outro dos trabalhos de Foucault, sem perceber a dimensão de seu rompimento com os modelos sócio-históricos. Na verdade não perceberam algo essencial que sutilmente diferenciava sua obra: Foucault jamais pretendeu reconstituir o *real*, e sim questionar o próprio princípio implícito em toda história social: o de que a própria sociedade constitui a realidade a ser estruturada. Em todos os textos que se lê parece ficar evidente que, na época, os historiadores não se apercebiam da sutil, porém radical, diferença entre a abordagem foucaultiana e as demais. Diferença de ordem epistemológica, cuja questão crucial está no rompimento do paradigma da representação, o qual anuncia ser provisório qualquer tentativa de reconstituir o passado e/ou de apreender o *real*. Entre os historiadores, porém, o que acabou vigorando como saldo foi a diversidade acerca desse polêmico autor. Desde «Foucault é de fato um historiador, e um historiador de originalidade incontestável, a quem nos interessa ouvir» (Léonard, em Hunt, *op. cit.*, p. 39) até críticos severos que diziam explicitamente ser do interesse de Foucault «minar a legitimidade da história, e de todas as disciplinas, como excludentes e limitadoras do conhecimento» (O'Brien, *op. cit.*, p. 40). Ou ainda, como declara White (1994) «Foucault escreve a história a fim de destruí-la enquanto disciplina, enquanto modo de consciência e enquanto modo de existência (social)».

Para encerrar estes comentários acerca das relações de Foucault e a historiografia, é interessante trazer um ensaio de Schiavoni (1996, p. 27), em que ele propõe relativizar a presença, a proximidade e a filiação de Foucault em relação à nova história: «(...) freqüentemente Foucault parece ser mais um desejo do que uma necessidade da Nova história». E para alicerçar

tal argumento, ele faz uma incursão ao longo de três obras,³ as quais denomina de *programáticas* (ou de *divulgação da nova história*) a fim de encontrar nelas a presença ou não de Foucault, chegando no final à seguinte conclusão: «pode-se dizer que as referências são poucas, mas aumentam na medida em que se avança da década de 70 para 80» (*idem*, p. 30). E, então, Schiavoni faz um interessante comentário com relação ao posicionamento de Foucault frente às produções da nova história propondo que, ao referenciar positivamente um modo de prática historiográfica (a história serial) e, por outro, ao criticar a noção de história total (a qual ele opõe a uma história geral), este curioso intelectual estaria talvez antecipando aquilo que alguns estudiosos da historiografia francesa denominam de «crise do paradigma dos *Annales*», a qual se evidenciou através de produções de historiadores que se distanciaram cada vez mais do projeto original da referida escola.

A partir de todas essas considerações acerca de Foucault (da originalidade de sua obra e dos desafios que seu pensamento provoca) reafirmamos nossa opção por Foucault como inspiração teórico-metodológica. Assim, considerando a problemática que pretendemos investigar, a análise discursiva de base foucaultiana enquanto processo metodológico parece oferecer-nos subsídios criativos e desafiadores para nossa empreitada. Seguindo em especial a direção apontada por Foucault em *A Arqueologia do Saber*, é importante enfatizar que em nossa pesquisa, as sucessões lineares poderão ser substituídas aqui e ali por um «jogo de interrupções em profundidade». Os níveis de análise poderão se multiplicar, cada um podendo ter suas rupturas específicas. Cada um permitindo um corte que só a ele pertence; e a medida que se desce para as bases mais profundas «as escansões se tornam cada vez maiores». Por trás das histórias desordenadas dos governos ou dos grandes acontecimentos, desenham-se as histórias quase imóveis ao olhar (...). Quem sabe detectemos aí a história lenta, vagarosa, da perda de um referencial que dava à professora e ao seu trabalho docente um sentido quase transcendental. Quem sabe encontraremos suas tentativas buscando outros referenciais, através de desequilíbrios tensionais, de novos olhares sobre seu universo, da descoberta de novas técnicas e diretrizes pedagógicas, num devir tortuoso e descontínuo.

A história de transformações nos referenciais se situa entre as outras histórias possíveis na mesma época. Cada uma se refere a enunciados que sugerem a possibilidade de determinadas práticas discursivas. A história da perda do referencial *sagrado* inclui uma transformação da subjetividade, que pode se revelar em práticas diversas no tempo e num plano histórico diferente de outros planos.

3. As obras consultadas foram: *Faire de l'histoire*, 1974, volume *História-novos objetos*; *La nouvelle histoire*, 1978; e coletânea de textos e entrevistas do *Magazine Littéraire: L'histoire aujourd'hui*, 1980; *Comment ou écrit l'histoire*, 1971.

História de vida como opção metodológica

O que determina a escolha de uma metodologia de pesquisa são os pressupostos que a sustentam, aliados à especificidade do problema a ser investigado. Entretanto, uma vez arquitetada a problemática, ao aproximá-la dos primeiros dados empíricos, surge, continua e paralelamente, a necessidade de reconstruir os princípios teóricos previamente selecionados. Ou seja, na medida em que não conseguimos *ler o real* em toda a sua complexidade, percebemos a necessidade de rever os princípios que nos vinham servindo de *lentes* até então. Há, pois que se fazer um enfrentamento para ultrapassar o que se delineia como «obstáculo epistemológico» (Bachelard, 1985, p. 23).

Diante do projeto que estamos nos propondo (investigar trajetória de professoras primárias da década de 50), escolhemos seguir a linha metodológica centrada na análise discursiva, identificando história de vida como uma alternativa operacional adequada e interessante. À primeira vista, entretanto, tal abordagem parece incompatível com os pressupostos foucaultianos, que vêm compondo a arquitetura de nossa problemática, uma vez que eles desautorizam qualquer tentativa de encarar o *sujeito* como portador de verdades. Ou seja, ao nos propormos ouvir histórias de pessoas-fonte, estaríamos creditando a elas, enquanto indivíduos, uma valiosa contribuição para o entendimento da realidade investigada, postura incongruente com aquele arcabouço teórico. Como ultrapassar este obstáculo? Em outras palavras, precisávamos explicitar (em primeiro lugar para nós mesmos) não só as razões por que não víamos incongruências na combinação que decidíamos fazer, mas principalmente argumentar em favor dessa escolha. Para tanto, elaboramos algumas reflexões envolvendo os dois eixos: a metodologia história de vida e um conjunto de pressupostos foucaultianos.

A história de vida se constitui como metodologia de trabalho que data já da primeira metade do século. Sua introdução na América Latina, por exemplo, pode ser identificada como um fenômeno do pós-guerra e resulta da tomada de consciência no Terceiro Mundo, da necessidade de elaboração do conhecimento de seus problemas específicos. Em especial surgiu a partir dos campos da psicologia e da antropologia, os quais, tomando o indivíduo como centro de interesse, propõem que, através de relatos particulares, se possam articular outras dimensões mais amplas para o entendimento dos fenômenos (Do Bem, s/d).

No Brasil, pelo que se tem conhecimento, há uma gama considerável de trabalhos, desde os que datam da década de 50, com Roger Bastide, Renato Jardim, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Florestan Fernandes, como seus principais iniciadores (todos no campo da sociologia [Kos-

minski, 1984)]⁴ até os mais recentes, onde merecem destaque especial o de Ecléa Bosi (1973), os de Aspásia Camargo (1978), bem como, no que se refere ao campo da história da educação, a produção de Zeila Demartini (1988), entre outras.⁵ Balandier (apud Marre, *op. cit.*) afirma que a primeira história de vida aparece em 1925 - (uma autobiografia de um chefe índio) publicada por Radin, em *Crashing Thunder*. Entretanto, de um modo geral, a opção por esta metodologia tomou maior força no mundo inteiro a partir dos movimentos de resistência de intelectuais pesquisadores, que viam nesta abordagem a alternativa para *dar voz aos excluídos*. Até mesmo nos Estados Unidos, as histórias de vida passam a ser utilizadas no intuito de romper com a hegemonia de textos de história, por exemplo, onde sempre predominaram as narrativas em que se descreve como personagem dominante o homem branco de classe média. Desta maneira, também os pesquisadores norte-americanos querem que, através das histórias de vida, se façam representar as *vozes silenciadas* (Goodson, 1992).⁶ É mister esclarecer, entretanto, que não foram estas as motivações que nos impulsionaram em direção a escolha metodológica. Iguualmente, não entendia que Foucault seria o melhor teórico para orientar tais questões, a não ser que se desejasse saber *como* se produziu o silêncio dos *vencidos* (Rago, *op. cit.*, p. 18). Nossa opção surgiu por consideramos história de vida uma adequada alternativa para articular a dimensão individual, ou seja, a vida experienciada por determinada pessoa aos fenômenos sociais mais amplos. Vida aqui não é encarada apenas como um conjunto de eventos, mas como acontecimento vivido num determinado tempo e lugar(es) e sob algumas circunstâncias. Não se trata de uma narrativa de tipo jornalístico ou de cunho literário (embora não se rejeitem formas criativas, de estilo não convencional, na hora da redação). A história de vida como a concebemos vai além do enfoque pessoal da história. Ao focalizar o indivíduo é possível dimensioná-lo no contexto mais amplo. Para isso, é necessário evitar o sentido romântico (às vezes presente nas concepções humanistas, a partir das quais se transforma o entre-

4. As obras referidas são: Roger Bastide, Roger, «Introdução a dois estudos sobre a técnica das histórias de vida», em *Sociologia*, vol. XV, n. 1, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, março de 1953; F. A. Fernandes, «A história de vida na investigação sociológica: a seleção dos sujeitos e suas implicações», em *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*, Livraria Pioneira Editora, SP, 1959; R. J. Moreira, «A história de vida na pesquisa sociológica», em *Sociologia*, vol. XV, n. 1, SP, 1953; M. I. P. Queiroz, «História de vida e depoimentos pessoais», em *Sociologia*, vol. n. 1, SP, 1953.

5. Ver também trabalhos apresentados nas Reuniões anuais bem como Catálogos de Teses e Dissertações da ANPED.

6. Acerca de história de vida, há uma interessante seleção da produções de autores norte-americanos no final do livro de Hatch e Wisniewski (1995).

vistado em herói) e insistir nas conexões entre os fatos relatados e a situação social, cultural e econômica que os perpassa. Portanto, não encaramos história de vida sob a lente da assim denominada racionalidade ocidental que vê o mundo como se tudo dependesse da ação humana consciente e unitária. Mas, pelo contrário, percebemos esta abordagem como uma das mais eficazes justamente por permitir que se venha a compreender, a partir da diversidade, as múltiplas especificidades que constituem a complexidade humana. Encontramos em Bloom (apud Hatch e Wieniewski, 1995, p. 123) uma afirmação que vem ao encontro do que acabamos de afirmar:

Se temos uma subjetividade não unitária, nós não podemos mais mapear a vida em estilo simples, linear, na qual um passo lógico leva ao seguinte... Quando as representações são complexas, nós, enquanto interpretes, descobrimos que as vidas estão mais abertas para múltiplas interpretações, e portanto, nossas interpretações tornam-se menos autoritárias (trad. minha).

A partir daí, já estaríamos encaminhando a reflexão para o segundo ponto que gostaríamos de abordar, e que diz respeito aos pressupostos que sustentam nossa opção teórica por Foucault. Antes de tudo, vale destacar a crença que com ele partilhamos, resumida aqui em três aspectos fundamentais de: que todo conhecimento será sempre parcial, de que a realidade é uma construção e de que a identidade é sempre um *estado* em processo. Desta forma, a utilização de depoimentos ou relatos de alguém sobre si mesmo tem como objetivo menos a busca da *verdade* e muito mais a identificação das condições de possibilidade para que determinada narrativa emergja enquanto discurso. Não tem sido esta, porém, a linha adotada pela maioria dos investigadores que utilizam história de vida. Além disso, há outro fato muito constatado: muitos dos trabalhos que usam esta metodologia carecem de rigor teórico, evidenciando fraqueza na explicitação de sua arquitetura epistemológica, o que favorece certa generalização por parte da crítica. Por isso, provavelmente, embora há muito a história de vida venha se impondo na academia, de tempos em tempos ela sofre sérios questionamentos, especialmente de intelectuais de tendência estruturalista. Certamente trata-se de intelectuais que desconhecem o fato de haver variantes significativas nesta forma de metodologia, especialmente no que se refere aos princípios e intenções que suportam as diversas propostas de pesquisa. Talvez seja tal desconhecimento que tenha levado Bourdieu (1996, p. 37) a dizer o seguinte:

A história de vida é uma dessas noções do senso comum que foi retirada do universo conhecido; no início, sem alarde, entrou no mundo dos etnólogos; mais recentemente, e não sem barulho, no dos sociólogos. (...) Na linguagem ordinária do senso comum, a vida é descrita como um caminho, uma estrada, uma direção, com seus cruzamentos, suas armadilhas, e até

mesmo com suas emboscadas. E, mais adiante segue Bordieu: O mundo social, que tende a identificar a normalidade com a identidade entendida como pertencente ao eu de um ser responsável, previsível ou, ao menos, inteligível, na maneira de uma história bem construída (em oposição à história contada por um idiota), dispõe de toda espécie de instituições de totalização e de unificação do eu. (...) Experimentar entender uma vida como uma série única e plena de eventos sucessivos sem outro vínculo que a associação a um «sujeito» do qual a constância é sem dúvida aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo como experimentar fazer um trajeto de metrô sem levar em conta a estrutura da rede, ou seja, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações.

Como se pode perceber este reconhecido intelectual de certa forma reduz história de vida a uma única concepção, como se outras não houvesse. Ora, o uso de história de vida, pelo menos em projetos relacionados à educação, que é o que nos interessa aqui, não pode se limitar a uma história em si. Precisa sempre estar articulado a um projeto maior de re-apropriação, onde questões relacionadas ao contexto estejam conectadas. Neste sentido talvez fosse importante usar de empréstimo as colocações de Goodson (*op. cit.*), o qual distingue *life story* de *life history*, considerando a primeira como uma reconstrução pessoal da experiência, a qual permite ao pesquisador obter dados, geralmente a partir de entrevistas não estruturadas. O pesquisador busca suscitar as percepções do entrevistado, estimulando-o a contar *estórias*.⁷ Neste caso o pesquisador tem uma postura relativamente passiva, em lugar de prontamente ir colocando interrogações. Já com relação à *life history* é diferente. Esta começa com uma *story*, porém procura ir adiante, construindo questões a partir de outras informações como, por exemplo, depoimentos de outras pessoas, evidências documentais ou informações históricas disponíveis. Portanto, é muito mais do que coleta de *histórias de ação* ou de eventos que aconteceram com um indivíduo. A preocupação está em ampliar a visão da problemática em estudo, envolvendo a dimensão intertextual e intercontextual de análise.

Outro aspecto merece atenção: quando elegemos história de vida como

7. É importante salientar que nos Estados Unidos comumente se utiliza o termo *story* para indicar histórias semelhantes à ficção, sem qualquer preocupação com informações mais precisas. Neste sentido, na metodologia de história de vida pode se dizer que o que leva uma *story* a transformar-se numa *history* é o acréscimo de análise do contexto sócio-histórico que passa a acompanhar a primeira. No Brasil, entretanto, tal diferenciação não tem sido reivindicada, embora no campo da gramática já se tivessem feito algumas tentativas neste sentido. No dicionário Aurélio, encontramos o seguinte verbete: «Estória. s. f. V. história. [Recomenda-se apenas a grafia história, tanto no sentido de ciência histórica, quanto no de narrativa de ficção, conto popular; e demais acepções]».

encaminhamento metodológico não pretendemos erigir um pedestal para esse tipo de abordagem. O que se está pretendendo é, antes, aliar documentos escritos e orais, articulando-os dinamicamente à luz da análise discursiva. Isto o fazemos conscientes das restrições que têm sido contundentemente referidas, não apenas à história de vida, mas também em relação à história oral como um todo. Aqui há que se fazer menção a pelo menos duas restrições, as quais acatamos com muito respeito. Uma acerca do *en-deusamento* de tais metodologias, como se elas, e somente elas, permitissem um relato *democrático* (*sic*) da história, já que favorecem a audição das vozes de sujeitos, indiferentemente da posição social que ocupam. E a outra, relacionada ao que se costumou denominar *processo emancipatório*; ou seja, ao se ouvir, por exemplo, uma professora (e em especial uma mulher professora) estaríamos favorecendo uma atitude reflexiva, oportunizando que a mesma assumisse conscientemente sua própria história. Com relação a este e outros mitos que se instalaram em torno de tais metodologias, é interessante remeter aos trabalhos de Denzin (1989, 1992) e Smyth (1992); ambos revelam com muita propriedade como a política da nova direita vem instituindo paulatinamente o discurso da super valorização da vida privada, da subjetividade e do poder individual em detrimento do público, acobertando assim o intervencionismo radical subjacente.⁸

Retomando agora a problemática que permeia a presente reflexão, é fundamental que se frise: adotar história de vida aliada à perspectiva foucaultiana é mais do que atender às críticas acima expostas. É acima de tudo conceber a linguagem como constituinte da realidade. É entender os depoimentos obtidos via história de vida como fruto de práticas discursivas, as quais por sua vez são históricas, porque contingentes. Neste sentido, sua utilização, em princípio, talvez necessite do arcabouço metodológico inspirado no que Foucault denomina de «arqueologia». Então, o que passa a interessar é, fundamentalmente, descobrir as regras que governam e produzem as práticas discursivas. Portanto, não se trata simplesmente de uma interpretação diferente. Trata-se de alterar radicalmente a forma de entender as falas, concebendo-as enquanto discursos. Ou seja, aceitar que com as palavras *se faz*. Mas, para isso, como já afirmamos anteriormente, há que se admitir que os sujeitos entrevistados não nos remetem a uma substância e sim a uma *posição*, que pode ser ocupada por indivíduos variados. Vê-se, pois, que se está falando em análise discursiva⁹ (e não em análise de conteúdo, tradicionalmente realizada pelos pesquisadores de história de vida),

8. Há também um artigo de Diana Gonçalves Vidal (1990) que aborda em parte essas questões.

9. Não se está falando tampouco de «análise de discurso», cujos fundamentos estão mais diretamente voltados para o campo da linguística e da semiologia.

abordagem esta diferente inclusive daquelas que, inseridas no contexto, vão além do sujeito. Segundo Foucault, a análise discursiva vai além do descentramento do sujeito, para preocupar-se também com as condições de possibilidade e da passagem destas para as condições de existência de determinadas práticas. Outra questão que aí se coloca diz respeito à irredutibilidade do discurso, tão cara a Foucault. Alguns poderiam interpretar tal enfoque como apenas um caso de intradiscursividade. Nada disso. Todo discurso supõe a relação do enunciado com os acontecimentos extra-discursivos. Não se pode jamais negar que as instâncias exteriores colocam limites aos discursos: não se pode dizer tudo, pois existem condições de possibilidade ou de impossibilidade para a produção discursiva. Talvez fosse adequado, então, adotar uma ênfase «arqueogenológica». Ou seja, associar a análise discursiva à compreensão da dinâmica das relações de poder em questão.

Mais uma vez é importante que se frise: estamos, aqui, longe de um sujeito unitário e bastante próximos de um sujeito que se constitui através de práticas discursivas, práticas estas sempre mediadas e também constituídas pelas redes de poder. Por tudo isso, talvez seja mais conveniente ainda argumentar-se em favor de uma abordagem de história de vida que combine a arqueologia e a genealogia, tal como a formulou Foucault. A «arqueogenealogia», portanto, poderá permitir um tipo de historiografia que, ao incorporar o discurso biográfico, nele não se detém, como tampouco o faz em relação aos sujeitos como transcendentais aos acontecimentos. Mas os articula permanentemente vindo a sinalizar cada vez mais para os perigos da substantivação e das *essências*. Dito de outro modo, se quisermos seguir Foucault, não poderemos admitir que o conceito de múltiplo se oponha ao conceito de *uno*. Como muito adequadamente expressa Deleuze (*op. cit.*, p. 25), «não há nem um nem múltiplo (...) apenas multiplicidades raras, com pontos singulares, lugares vagos para aqueles que vêm, por um instante, ocupar a função de sujeitos...». A questão para Foucault é de não conceber o sujeito do enunciado como idêntico ao sujeito-autor do que foi dito.

Ele (o autor) não é, na verdade, causa, origem ou ponto de partida do fenômeno da articulação escrita ou oral de uma frase; não é tampouco a intenção significativa que, invadindo silenciosamente o terreno das palavras, as ordena como o corpo visível de sua intuição (Foucault, 1987, p. 109).

O que precisa ser considerado é que, nos discursos, existe um lugar determinado e vazio que pode ser ocupado por diferentes indivíduos. Se uma proposição, uma frase, um conjunto de signos podem ser considerados enunciados, segundo Foucault não é porque houve um dia alguém para proferi-los, mas porque houve uma posição que foi ocupada por um sujeito. Portanto, assim,

descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todoo indivíduo para ser sujeito» (*idem, ibidem*).

Em se tratando de história de vida, por exemplo, a questão, então, não se resume em analisar literalmente o que o entrevistado disse ou deixou de dizer: ou mesmo de estabelecer relações entre o que foi dito e o contexto mais amplo. É mais do que isso. Trata-se, conforme já aludimos anteriormente, de se fazer uma análise discursiva, o que é diferente de interpretar textos ou falas buscando sua significação. Tal análise, partindo do método arqueológico, apresenta uma dimensão que, não pertence nem à lógica, nem à lingüística, mas também não as rejeita. Neste sentido, o que interessa são as condições sob as quais a função enunciativa se efetiva. Não interessa ir além do dito ou procurar o oculto ou abafado. Em outras palavras, não se trata de querer descobrir o que as pessoas entrevistadas gostariam de ter dito e, por razões diversas, não o fizeram; ou ainda de desvendar que o discurso encobria o poder de dizer algo diferente ou de englobar uma pluralidade de sentidos. A análise discursiva vai numa direção diferente: «ela quer determinar o princípio segundo o qual puderam aparecer os únicos conjuntos significantes que foram enunciados». Eis aí, mais uma vez configurada, a dimensão que tem a ver com o extradiscursivo, ou se quisermos, com a análise do contexto social, à qual aludem autores que tentam deixar claras as diferentes tipologias de histórias de vida. Entretanto, para Foucault, além de se registrar o que foi efetivamente dito, há que se empreender a história do que foi dito, isto é, refazer em outro sentido o trabalho da expressão: retomar enunciados conservados ao longo do tempo e dispersos no espaço... «Assim se encontra libertado o núcleo central da subjetividade fundadora... o que importa é reencontrar o exterior onde se repartem (...) os acontecimentos enunciativos» (Foucault, *op. cit.*, p. 207).

Neste caso, não se coloca, por exemplo, a questão de saber se aquele que fala se manifesta ou se oculta no que diz. A questão está no nível do «diz-se», como «o conjunto das coisas ditas, as relações, as regularidades e as transformações que podem aí ser observadas, o domínio do qual certas figuras e certos entrecruzamentos indicam o lugar singular de um sujeito falante e que podem receber o nome de um autor. Não importa quem fala, mas sim que o que ele diz não é dito de qualquer lugar: o sujeito é necessariamente situado e dependente, sem que jamais possa ser considerado titular (seja como atividade transcendental, seja como consciência empírica). Portanto «considerado necessariamente, no jogo de uma exterioridade» (Foucault, 1987, p. 207).

Aproximações e que tais...

Finalmente ousamos confessar que, ao optar por história de vida sem abrir mão da inspiração em Foucault, somos impulsionados a esboçar algumas derivações de sua obra, já que não atingimos em relação a ela um patamar suficientemente elucidativo, artesãos iniciantes que somos de um bordado possível.

Assim, depois do que temos visto e considerado como compreendido, selecionamos algumas questões que certamente deverão ser aprofundadas na medida em que se processe a empreitada de investigação. São elas :

- 1) Para Foucault, os enunciados lingüísticos são geradores de práticas. Por isso, eles são fatos históricos. Que tal fazer disso uma exigência: reconstruir a trajetória e possível hierarquização desses fatos, seguindo uma direção «arqueogeneológica»?
- 2) A narração de uma vida precisa ser conectada com a narração de outras vidas, numa dinâmica que supõe ir além da sucessão cronológica. O que se precisa é reconstruir «durações emocionais, afetivas, reflexões racionais que se irradiam, se cruzam em determinados momentos num espaço sócio-histórico de determinadas relações sociais» (Marre, *op. cit.*). Que tal tentar analisar tudo isto tentando buscar uma espécie de totalidade de histórias coletadas?
- 3) O discurso de um sujeito singular pode ser captado como um discurso que envolve instâncias verbalizantes diversas. Há que se estar atento para os eus travestidos de nós e vice-versa. Como decorrência, parece ficar evidente que a unidade de investigação não se limitará a uma biografia . Que tal estudar as várias histórias de vida entrelaçadas, identificando-as como constitutivas de posições diversas nos múltiplos itinerários do grupo escolhido para investigar?
- 4) Se Foucault propõe redescobrir os acontecimentos históricos (e, no caso, a própria história de vida) numa perspectiva de descontinuidade, a dimensão de tempo é entedida em outro patamar de interpretação, decorrendo daí a seguinte questão: Que tal codificar e relacionar a densidade das vidas relatadas com o fluxo descontínuo da história em sua dinâmica de rupturas e descompassos?

E, então, que tal enfrentar este empreendimento sem perder o rigor teórico ofuscado pelo prazer inerente a tarefas desta natureza?

Referências bibliográficas

ARIÈS, PHILIPPE (1986), *História social da criança e da família*, Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 2.ª ed.

- BACHELARD, GASTON (1985), *O novo espírito científico*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
- BOSI, ECLÉA (1973), *Memória e sociedade: Lembrança de velhos*, Queroz, SP, T. A. 1.^a ed.
- BOURDIEU, P. (1996), «A ilusão biográfica», em MARIETA DE M. FERREIRA e JANAÍNA AMADO, *Usos & abusos da história oral*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- BURKE, PETER (org.) (1992), *A escrita da história. Novas Perspectivas*, SP, Unesp.
- CHARIER, R. (1990), *A história cultural. Entre práticas e representações*, Difel, SP.
- DELEUZE, GILLES (1995), *Foucault*, Brasiliense, SP, 2.^a ed.
- DEMARTINI, ZEILA B. F. (1988), «História de vida na abordagem de problemas educacionais», em O. SIMSON (org.), *Experimentos com história de vida*, Vértice, SP.
- DENZIN, N. K. (1989), *Interpretative biography*, Sage, Newbury Park, CA.
- «Deconstructing the biographical method», em : Hatch & Wieniewski (eds.).
- DO BEM, ARINS S., «As histórias de vida como metodologia alternativa para uma definição da prática científica», em *Comunicação e Artes*, SP, 14, p. 191-202.
- FOUCAULT, M. (1987), *A Arqueologia do saber*, Forense Universitária, RJ.
- (1994), *História da sexualidade*, vol. 2, *O uso dos prazeres*, Graal, RJ, 7.^a ed.
- GINZBURG, C. (1987), *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*, Cia. das Letras, SP.
- GOODSON, IVOR F. (1992), *Studying Teacher's lives. An emergent field of Inquiry*, Teachers College Press, Nueva York.
- HATCH, J. A. e WIENIEWSKI, R. (eds.) (1995), *Life History and Narrative*, The Falmer Press, Londres.
- HUNT, LYNN (1992), *A nova história cultural*, Martins Fontes, SP.
- KOSMINSKI, ETHEL, «Pesquisas qualitativas: A utilização da técnica de história de vida e de depoimentos pessoais em sociologia», em *Ciência e Cultura*, 38 (1) jan., 86.
- LE GOFF, J. e NORA, P. (1988), *História: Novos problemas*, Francisco Alves Ed., RJ.
- ET AL. (1986), *A nova História*, Edições 70, Lisboa.
- MARRE, JACQUES L. (1991), «História de vida e método biográfico», em *CADERNOS de Sociologia*, Porto Alegre, vol. 3, n. 3, jan-jul.
- (1995), Carta pessoal à autora, dezembro.
- O'BRIEN, PATRÍCIA (1992), «A história da cultura de Michel Foucault», em L. HUNT, *A nova história cultural*, Martins Fontes, SP.
- RAGO, L. M. (1993), «As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea», em *Anos 90, Revista do Pós-Graduação em História*, UFRGS, Porto Alegre, n. 1, maio.
- SCHIAVONI, A. (1996), «Desejo e necessidade: a relação de Foucault com os historiadores», em *Educação, Subjetividade & Poder*, vol. 3, jan-jun, Nesp/UFRGS.

- TERÁN, O. (comp.) (1995), *Michel Foucault. Discursos, poder y subjetividad*, Ed. El ciclo por Asalto, Buenos Aires.
- VEYNE, P. (1978), *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*, Universidade de Brasília Ed.
- VIDAL, D. (1990), «De Heródoto ao gravador: histórias da História Oral», en *Resgate, Revista Interdisciplinar de Cultura do Centro de Memória*, UNICAMP, Campinas, Papirus, vol. 1.
- WHITE, HAYDEN (1994), *Trópicos do discurso. Ensaio sobre a crítica da cultura*, Edusp, SP.
- WIENIEWSKI, R. (ed.) (1995), *Life History and Narrative*, The Falmer Press, Londres.